

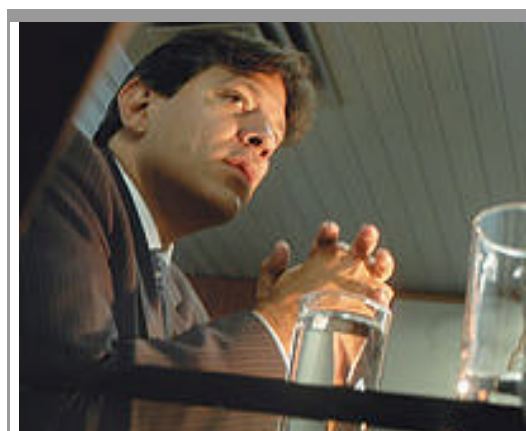
Ele vai salvar a educação?

O plano do ministro Fernando Haddad é o primeiro que tem metas e um sistema claro de cobrança de resultados. Por que essa é a maior esperança para o ensino brasileiro

Ana Aranha e Isabel Clemente

Há vários anos se sabe que o Brasil não tem como avançar sem investir na qualidade da educação. Mas, até a semana passada, não havia nenhum plano de ação para melhorar o desempenho do ensino do país. Este é o grande avanço do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), anunciado pelo presidente Lula na terça-feira 24. É o primeiro programa para a área que incorpora visões modernas do problema e um consenso dos movimentos civis pelo ensino. Como em todo pacote de muitas medidas (são 47), há reedição e ampliação de velhas iniciativas (como a criação de escolas técnicas em cidades-pólo) e projetos de lei que dependem do Congresso (um deles cria o piso de R\$ 850 para os professores). Mas seu cerne é

uma inovação no Brasil: finalmente o país terá um sistema simples de cobrança de resultados e recompensas para as escolas que cumprirem os objetivos.



OBJETIVOS
Haddad em seu gabinete, após o anúncio do plano para educação: em busca de uma cultura

O plano dá um salto em relação aos anteriores porque o atual ministro da Educação, Fernando Haddad, não chegou ao cargo com uma bandeira política pessoal. De forma pragmática, Haddad primeiro tratou de agregar os diversos grupos de interesse na área. Logo que virou ministro, em julho de 2005, participou de um encontro com a elite empresarial brasileira. Ali nasceu o Compromisso Todos pela Educação, uma aliança da sociedade civil, da iniciativa privada e de gestores públicos pelo ensino básico de qualidade. Foi nesse encontro que se fortaleceu a idéia de metas, sistema que vigora na maioria das empresas do mundo. "Vários gestores, professores, especialistas ajudaram a montar essas metas", diz o vice-presidente do Itaú, Antonio Matias, da coalizão Todos pela Educação. "Ao adotá-las, o governo está perseguindo, para as políticas públicas, a mesma eficiência com que as empresas estão acostumadas a lidar."

Por causa do consenso que formou em torno da educação, Haddad já estava preparado quando o presidente Lula incumbiu-o de formatar um programa em apenas dois meses. "Logo depois da reeleição, o presidente me chamou em seu gabinete e me deu dois meses para entregar um esboço", diz Haddad (leia a entrevista nesta edição). Nas palavras do ministro,

Lula definiu que o plano devia ser "consistente e a longo prazo para melhorar a qualidade da educação no Brasil". Para cumprir o prazo, Haddad conta que fez a equipe técnica trabalhar até no dia do Réveillon.

Esse estilo de rigor na cobrança combina com a essência do plano. Dentro do ministério, Haddad é conhecido por seu jeito metódico. Se alguém lhe promete entregar um material em 15 dias, ele liga exatamente 15 dias depois cobrando. Também é considerado um chefe meticuloso, capaz de telefonar para um assessor antes das 8 horas para reclamar de um erro no site do ministério. Considera-se, acima de tudo, um gestor que vem do próprio sistema educacional. "Somos um bando de professores universitários alinhados com o governo", diz, sobre sua equipe. Formado em Direito, Haddad fez mestrado em Economia e doutorado em Filosofia. Trabalhou como analista de investimentos do Unibanco e virou professor de Ciências Políticas na Universidade de São Paulo. Está licenciado, mas faz questão de dizer que mantém o cargo e que nunca se afastou da universidade. Fora a presidência do Centro Acadêmico XI de Agosto, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, seu primeiro cargo político foi na Secretaria de Finanças da Prefeitura de São Paulo, na gestão Marta Suplicy.

Foi a ex-chefe que quase lhe custou o cargo, no início do ano, quando partidos da base governista pleiteavam uma troca de cadeiras nos ministérios. O posto do Ministério da Educação (MEC) era cobiçado pelo próprio reduto de Haddad, o PT paulista, e o nome preferido para preenchê-lo era Marta. Enquanto seu cargo era rifado publicamente, o ministro manteve sangue-frio para terminar o plano. Em 15 de março, a vitória de Haddad ficou clara. No momento em que ele apresentava o esboço do PDE a um grupo de especialistas, Lula demonstrou seu apoio, enquanto falava da troca ministerial: "Com Saúde e Educação não se brinca".

A habilidade de construir consensos foi o que tornou Haddad um dos colaboradores preferidos de Lula. Seu bom trânsito com os empresários chamou a atenção do presidente em 2003, quando Haddad era assessor do Ministério do Planejamento, então chefiado por Guido Mantega (atualmente na Fazenda). A missão era conseguir um texto final para a proposta das Parcerias Público-Privadas. As discussões se arrastavam no primeiro mandato do presidente. Em alguns meses, Haddad conseguiu um acordo com os empresários. Lula ficou tão satisfeito com o resultado que estimulou o ministro Tarso Genro a convidá-lo para a secretaria executiva do MEC. Nesse período, Haddad criou o ProUni, programa de bolsas para estudantes de escolas públicas entrarem no ensino privado, uma das bandeiras da reeleição de Lula. Pouco depois, quando Tarso se tornou presidente do PT, Haddad o substituiu.

R\$ 8 bilhões é o que será investido no plano de educação nos próximos quatro anos

Autor de quatro livros sobre o regime socialista, um deles especificamente sobre o ensino na extinta União Soviética, Haddad defende um Estado provedor de bens públicos essenciais, como a educação. Com 44 anos, casado com uma especialista em saúde pública que trabalha no Ministério da Saúde, ele tem dois filhos, um menino de 14 e uma menina de 7. Os dois estudam em boas escolas particulares de Brasília, e o ministro não tem planos de transferi-los para a rede pública. "Quem sabe, meus netos", diz.

A data está de acordo com os objetivos do PDE, de atingir o padrão de ensino dos países desenvolvidos até 2022. Segundo Haddad, isso só vai acontecer se os pais se envolverem com

o plano. "É fundamental que a família participe dessa mobilização. Nada vai mudar sem essa cobrança", diz Marilza Regattieri, coordenadora interina de educação da Unesco, agência da ONU, que participou da elaboração do PDE. Daí a necessidade de criar um indicador de qualidade que os pais dos alunos entendam. Por isso, o MEC instituiu o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), que combina o desempenho dos alunos na Prova Brasil e no Sistema Nacional de Avaliação Básica (Saeb), com os dados de repetência e abandono de cada escola.

A média brasileira no Ideb hoje é 3,8. Isso significa que as crianças concluem a 4a série sem dominar as quatro operações básicas: somar, multiplicar, dividir e subtrair. A principal meta do PDE é elevar a nota nacional para 6 até 2022, bicentenário da Independência. Essa nota seria equivalente, segundo cálculos do ministério, ao nível dos países desenvolvidos.

"Projetamos uma meta a cada dois anos para cada escola e cada Estado ou município, sempre pensando em elevar a média nacional", diz Reynaldo Fernandes, presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), órgão do ministério que faz as avaliações. "Todo mundo vai ter de melhorar um pouco, até as escolas que já têm nota acima de 6. É o único jeito de puxar a média do país para cima."

O PDE prevê o investimento de R\$ 8 bilhões nos próximos quatro anos, R\$ 1 bilhão já em 2007, que vai para os mil municípios de pior Ideb do país. Uma equipe de 80 consultores vai visitar cada um deles para traçar estratégias junto com o secretário de Educação municipal. "A maioria desses municípios nunca solicitou programas do governo federal. Isso significa que eles não têm capacidade técnica para isso", afirma Haddad. O trabalho desses consultores será fazer o diagnóstico da escola e elaborar um projeto solicitando ajuda do governo federal ou estadual. "A idéia é vincular essa ação a uma melhora", diz Maria Salete Silva, oficial de projetos do Unicef no Brasil, que participou do PDE. "Por exemplo, se há alta taxa de abandono da escola porque as crianças da 1a à 4a série não têm como chegar, a instituição pode pedir a compra de um ônibus. Mas tem de se comprometer a derrubar a taxa de abandono de 50% para 20% dos alunos matriculados." Maria Salete coordenou um estudo sobre as práticas adotadas por algumas escolas que, apesar de estarem em comunidades pobres, tiveram bons resultados no Prova Brasil. Essas experiências serviram de base para a elaboração das diretrizes que esses consultores vão seguir agora.



DEVER
Alunos de uma escola municipal em São Paulo. A meta é levar o ensino ao nível dos países desenvolvidos até 2022

Para complementar o sistema de metas, há incentivos. A cada dois anos, todas as escolas de ensino fundamental urbanas que cumprirem o Ideb previsto vão receber um bônus de 50% do valor de um programa federal chamado Dinheiro Direto na Escola. Pode variar de R\$ 300 a R\$ 10 mil, de acordo com o tamanho da escola. As escolas rurais, consideradas as mais problemáticas e carentes, começarão a receber dinheiro independentemente de metas ou contrapartidas. Estão previstos R\$ 60 milhões para elas.

Algumas experiências no país mostram que a idéia de impor metas e cobrar já rendeu bons resultados, como em Sobral, no interior cearense. Cinco anos antes de todo o Brasil adotar o

ensino fundamental de nove anos, Sobral já tinha começado sua pequena revolução com uma lei municipal. O objetivo era obrigar os pais a matricular as crianças na escola ainda com 6 anos. A matrículas tinham triplicado entre 1997 e 2000. Mas uma radiografia do sistema escolar, em 2001, revelou que mais de 60% das crianças de 8 anos, já na 2ª série do ensino fundamental, não sabiam ler. "Soou o alarme. Era uma tragédia", diz Isolda Cela de Arruda Coelho, atual secretária de Educação do Ceará, que ocupava o mesmo cargo em Sobral. "Decidimos que nossa prioridade seria garantir o sucesso da alfabetização no tempo certo."

A Prefeitura determinou que as escolas reservassem os melhores professores, as melhores salas e os melhores turnos para as classes de alfabetização. Ofereceu capacitação e passou a avaliar, todo semestre, as escolas pelo desempenho das crianças. As melhores começaram a ser premiadas, assim como professores, diretores e coordenadores. Os professores, cujo salário estava em torno de R\$ 300, chegavam a ganhar R\$ 1.000 por turma, como prêmio pelo desempenho dos alunos, fora as gratificações mensais. Em 2004, a rede municipal de Sobral já tinha 92% das crianças de 6 e 7 anos alfabetizadas. "A avaliação foi se estendendo para outras séries; e os critérios, sendo apertados", diz Isolda. "Nós não tínhamos recursos para contratar uma avaliação externa gabaritada, mas criamos nossos instrumentos e deu certo", afirma. Hoje, o desafio de Isolda é implementar o mesmo sistema em toda a rede estadual do Ceará.

O progresso individual dos alunos também é a tônica do plano implementado em Nova York pelo prefeito Michael Bloomberg para estancar a deterioração do ensino na cidade. "Cada aluno chega a ser submetido a quatro ou cinco exames por ano", diz Patrícia Guedes, coordenadora do Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial. Ela passou os dois primeiros meses do ano pesquisando o ensino americano. Outro ponto importante da reforma americana é a aproximação com a iniciativa privada. O prefeito Bloomberg conseguiu US\$ 345 milhões em doações para tornar viáveis os projetos em educação, inclusive para apoiar escolas públicas experimentais.

Essas experiências também sugerem cuidados com os sistemas de premiação. "Qualquer que seja o incentivo, qualquer que seja a situação, pessoas desonestas sempre tentarão ganhar vantagem de alguma forma", diz o economista americano Steven Levitt, um dos autores de *Freakonomics*, best-seller que se debruça sobre tendências normalmente ignoradas pela economia clássica. Um dos capítulos do livro analisa as fraudes ocorridas em um programa para melhorar o desempenho escolar da rede pública em Chicago. Assim como o PDE, que estabelece metas de qualidade, o sistema de Chicago previa incentivos às boas escolas e punições para as ruins. Uma verificação dos resultados das provas revelou padrões estranhos dos alunos, que acertavam questões difíceis e erravam outras fáceis. Descobriu-se que alguns professores ajudavam seus alunos, dando mais tempo para eles completarem as provas ou informando a resposta correta.

Não é o único problema que os Estados Unidos enfrentam para fazer valer o lado bom do incentivo. Patrícia Guedes, do Instituto Fernand Braudel, relata outro desafio. As piores escolas, segundo avaliação padronizada do programa federal *No Child Left Behind* (Nenhuma Criança Deixada para Trás), ganham prazo e recursos para alcançar melhores resultados. O dinheiro é repassado sem contrapartidas. Patrícia entrevistou vários diretores e professores de escolas recém-tiradas da lista das piores. São estabelecimentos que conseguiram melhorar o desempenho dos alunos e atingir suas metas. "Todos foram unânimes em afirmar que saíram perdendo, porque deixaram de receber recursos gratuitos, pelos quais não precisavam apresentar contrapartidas, e que eram usados no reforço de aulas", diz Patrícia.

Em Sobral, a Secretaria de Educação precisou corrigir outra distorção. Havia um grande número de transferências de alunos no segundo semestre. A secretaria descobriu que as escolas estavam expulsando os alunos com piores resultados, tentando se livrar do problema. Para fechar o cerco, a Prefeitura decidiu que as crianças transferidas no segundo semestre ainda seriam avaliadas como alunas da escola de origem. Exigiu ainda que toda escola avaliasse pelo menos 98% de seus alunos. "Conseguimos estancar as transferências e fazer com que as escolas cuidassem dos meninos. Dá trabalho, mas tem de ser assim", afirma Isolda.

O QUE DIZ O PLANO

As principais medidas que o governo anunciou para melhorar a educação

• **Provinha Brasil**

Alunos dos primeiros anos do ensino fundamental serão avaliados. Se eles não souberem ler, o governo entrará com um plano de recuperação

• **Escolas Rurais**

Receberão R\$ 60 milhões já neste ano para realizar obras e investimentos de emergência para seu funcionamento

• **Índice de qualidade**

O MEC criou o Índice de Desenvolvimento de Educação Básica (Ideb). O objetivo é o país alcançar a nota 6 no Ideb, em 15 anos, similar à média dos países desenvolvidos. A nota brasileira hoje é 3,8

• **Incentivos**

O programa criou metas de desempenho por escola da rede pública. As escolas urbanas que atingirem as metas serão premiadas com dinheiro

• **Ensino técnico**

150 municípios ganharão unidades de educação profissional e tecnológica, em quatro anos, com cursos tecnológicos de nível superior e mestrado e doutorado profissionais

• **Transporte escolar**

O BNDES abriu duas linhas de R\$ 300 milhões para financiar a compra de veículos de transporte escolar

• **Computadores nas escolas**

O MEC promete distribuir computadores para todas as escolas públicas até 2010. Investimento: R\$ 650 milhões

• **Piso salarial**

Todo professor da rede pública receberá, no mínimo, R\$ 850 por 40 horas semanais. Essa medida ainda depende da aprovação do Congresso

• **Universidades**

O MEC promete duplicar as vagas nas universidades federais até 2010